




TENDÊNCIAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS PRESENTES NO DEBATE DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Theoretical methodological trends present in the Brazilian Social Service debate

Carina Berta Moljo*

 <https://orcid.org/0000-0002-0248-5617>

Tháise Seixas Peixoto De Carvalho**

 <https://orcid.org/0000-0003-0362-2705>

RESUMO

O artigo ora apresentado é fruto de pesquisa de cunho teórico, que analisa as diferentes tendências teórico-metodológicas presentes no debate do Serviço Social brasileiro. Para a realização de tal análise foram escolhidas seis revistas de Serviço Social de circulação nacional publicadas on-line, no período de 2007 a 2017. Foram sistematizados 1896 artigos, sendo que 443 desses foram analisados, considerando que no seu interior se referiam ao Serviço Social, objeto desta pesquisa. Dessa forma, foi possível captar as principais matrizes teóricas presentes no debate atual do Serviço Social no Brasil, constatando que a matriz crítica inspirada na tradição marxista é a que prevalece nas publicações.

PALAVRAS-CHAVES

Serviço Social; Tendências Teórico-Metodológicas; Fundamentos do Serviço Social.

ABSTRACT

The article presented here is the result of a theoretical research, which analyzes the different theoretical and methodological trends present in the Brazilian Social Work debate. To carry out this analysis, six Social Work journal magazines of national circulation published online, from 2007 to 2017, were chosen. , object of this research. In this way, it was possible to capture the main theoretical matrices present in the current debate

* Assistente Social. Pós-doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP, São Paulo, Brasil) e pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil). Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP, São Paulo, Brasil). Professora titular da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF, Juiz de Fora, Brasil). E-mail: carinamoljo@uol.com.br

** Assistente Social. Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF, Juiz de Fora, Brasil). Professora do curso de Serviço Social do Centro de Ensino Superior de Conselheiro Lafaiete (CES-CL, Carijós, Brasil). E-mail: thaise.seixas@hotmail.com

DOI 10.22422/temporalis.2022v22n44p189-206



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2022 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

on Social Work in Brazil, noting that the critical matrix inspired by the Marxist tradition is the one that prevails in publications.

KEYWORDS

Social Work; Theoretical-Methodological Trends; Fundamentals of Social Work.

Introdução

O artigo aqui apresentado, analisa as diferentes tendências teórico-metodológicas presentes¹ no debate atual no Serviço Social no Brasil, especialmente aquelas produzidas nas últimas décadas, considerando que até os anos de 2000 existe uma significativa produção sobre os Fundamentos do Serviço Social. A estratégia metodológica utilizada para apreender estas tendências foi a análise dos artigos sobre a profissão presentes em algumas das Revistas mais importantes do Serviço Social na atualidade, analisando as publicações on-line do período de 2007 a 2017.

Escolhemos seis periódicos de circulação nacional, de diferentes regiões do Brasil, com perfis diferenciados buscando captar a maior heterogeneidade possível dentre as publicações. Assim, trabalhamos sobre os artigos publicados nas Revistas: Serviço Social e Sociedade (Cortez-SP) Qualis A1; Revista Katálysis (UFSC-SC) Qualis A1; Revista Temporalis (ABEPSS) Qualis B1; Revista Textos e Contextos (PUC- RS) Qualis A2; Revista de Políticas Públicas (UFMA- MA) Qualis A2; Revista Libertas (UFJF- MG) Qualis B4². Vale destacar que trabalhamos sobre os artigos que no seu interior se referenciavam ao Serviço Social brasileiro.

Os seis periódicos escolhidos possuem diferentes características que permitiram analisar a heterogeneidade e representatividade da produção de conhecimento do Serviço Social. Do total de artigos publicados nas seis revistas (1896 artigos) obtivemos a seguinte subdivisão: artigos que tomam como objeto de análise as políticas sociais (24,89%); os que se debruçam sobre o sistema capitalista (12,71%); os que trabalham sobre o Estado e Sociedade Civil (11,08%); aqueles que tomam como objeto de estudo o Trabalho Profissional (10,23%); sobre a Questão Social e as suas expressões (9,38%); Formação Profissional (8,76%); Mundo do Trabalho (5,38%); Fundamentos do Serviço Social (4,38%); Direitos Humanos e Sociais (3,38%); Movimentos Sociais (3,06%); Serviço Social Internacional (3%); Movimentos sociais (3,06%); Teoria Social (1,85%); além das resenhas (1,89%).

Assim, do total de 1896 artigos, analisamos 443 artigos que no seu desenvolvimento explicitaram a relação com a profissão em âmbito nacional, o que caracteriza 23,4% de todas as publicações nas seis revistas analisadas. Os artigos sobre o Serviço Social Internacional (3%) ficaram aqui, fora da nossa análise. Nossa pretensão é discutir, sem,

¹ Pesquisa financiada pelo CNPq, através de Bolsa de Produtividade em Pesquisa e Bolsas de Iniciação Científica PIBIC/CNPq e pela UFJF/BIC: **Fundamentos do Serviço Social: uma análise das tendências teórico-metodológicas presentes no debate do Serviço Social.**

²A avaliação Qualis corresponde ao quadriênio 2012-2016. A avaliação atual do Qualis, assim como dos Programas de Pós-graduação se encontram suspensos por medidas judiciais. Das seis revistas escolhidas, apenas a Libertas não ocupa os primeiros lugares entre as mais citadas, ocupando o 14º lugar, mas ainda dentro das revistas escolhidas pelos pesquisadores da área para publicação.

contudo, esgotar, quais são as principais matrizes do pensamento social na contemporaneidade, aos quais o Serviço Social recorre na hora de analisar e produzir conhecimento sobre a profissão.

Para tanto, as análises se detiveram, essencialmente, nesses 443 artigos a fim de identificar quais as matrizes teóricas que se encontram mais presentes nessas obras. Os artigos que tratam sobre a profissão se concentram fundamentalmente naqueles que analisam o trabalho profissional com 43,8% das publicações, seguidos pela formação profissional com 37,5% e finalmente os artigos que tratam sobre os Fundamentos do Serviço Social com 18,7%.

Partimos da compreensão que são três as grandes matrizes de pensamento e os seus desdobramentos: O marxismo e seus derivados, o positivismo e seus derivados, e a perspectiva weberiana, as quais serão apresentadas a seguir.

Entretanto, também foi necessário construir outros parâmetros para compreender as perspectivas presentes no debate contemporâneo. Parâmetros que estão em construção e podem ser revistos, mas que, neste momento, nos permitiu analisar as tendências presentes no debate.

Utilizamos a seguinte denominação: os artigos que se inseriram dentro da **perspectiva crítica** que parte da teoria social de Marx, aqueles que se intitulam como críticos e que denominamos como de **crítica ampla**, uma vez que fazem uma crítica a sociedade capitalista, a sociedade patriarcal e colonial, mas também, a razão moderna e a modernidade, e que não se filiam ao marxismo, e finalmente à perspectiva **conservadora (não reacionária)** na qual encontramos artigos que se filiam à teoria **positivista, fenomenológica e weberiana** dentre outras. Também temos os artigos denominados como ecléticos, uma vez que de forma contraditória tomam como base de análise perspectivas teóricas opostas entre si. A “denominada crítica ampla” é realmente um campo ainda a explorar, mas pretendemos, neste artigo, apenas abrir o debate, e não finalizá-lo, portanto, este conhecimento é absolutamente provisório.

Nesse sentido, este artigo está destinado a apresentar as principais matrizes teóricas presentes na produção de conhecimento expressa nos artigos publicados pelos assistentes sociais nas revistas antes mencionadas, quando se trata de discutir, essencialmente, a profissão, considerando apenas as “grandes referências presentes no debate”.

É certo que existe um vasto material que analisa as matrizes de pensamento que não caberiam neste artigo, além da complexidade e desdobramentos que cada matriz possui. Para tanto, nosso objetivo aqui é sintetizar as “fronteiras” e diferenças entre elas para que, dessa forma, possamos analisar a relação com as concepções presentes na profissão. É importante demarcar que se trata de uma análise introdutória de caráter teórico-analítico.

As matrizes de pensamento presentes no debate do Serviço Social: desde a sua emergência até a contemporaneidade

Como já sinalizava Yazbek (2009), analisar as principais tendências históricas e teórico-metodológicas da profissão, não é tarefa fácil,

[...] pois exige o conhecimento do processo histórico de constituição das principais matrizes do conhecimento do social, do complexo movimento histórico da sociedade capitalista brasileira e o processo pelo qual o Serviço Social incorpora a elaboração e análises sobre a realidade em que se insere e explica a sua própria intervenção (YAZBEK, 2009, p. 144).

Assim, a proposta foi de situar o debate historicamente acumulado pelo Serviço Social e pelas ciências sociais e humanas sobre a constituição das grandes matrizes do pensamento social para, logo em seguida, analisar as influências destas na profissão³. É certo que tais matrizes conformam o modo de perceber a realidade e, portanto, o próprio modo de intervir na mesma, visto que a teoria se coloca como “lente explicativa” pela qual enxergamos aquilo que se apresenta no imediato.

De acordo com Netto (1989, p. 90), o Serviço Social é impensável fora da ordem burguesa e tem como substrato de trabalho a “questão social”, e é a partir desse ponto que devemos analisar como a profissão se vincula às diferentes matrizes teóricas ao longo da sua história e nas últimas décadas. Analisar os fundamentos da profissão, pressupõe situá-la no chão histórico da própria ordem burguesa. Entender o contexto e a estrutura em que a profissão se insere é vital para a compreensão do arcabouço teórico ao qual se vincula.

Desse modo, concordamos com Netto que o Serviço Social finca as suas bases, quando da sua emergência, em raízes conservadoras “tal como ela se constitui sob a lente do estilo de pensar positivista, cristaliza-se a auto-representação do ser social funcional aos marcos do capitalismo consolidado” (1989, p. 92). Nesse sentido, Simionatto (2009) afirma que a profissão, em sua origem, vinculada ao conservadorismo da doutrina social da Igreja, defenderá um projeto social e político **antimoderno**.

Entretanto, é importante destacar que a consolidação da profissão, acontece vinculada à **razão moderna**⁴. Netto (1994, p. 31) entende que a razão moderna está imbricada com o desenvolvimento do capitalismo⁵ “que engendrando os fenômenos característicos da industrialização e da urbanização e reclamando saberes necessários a um crescente

³ Considerando o espaço que temos neste artigo, priorizamos uma breve apresentação das matrizes explicativas do positivismo, marxismo, o pensamento pós-moderno e o pensamento pós-estruturalistas.

⁴ Conforme sinalizava Netto (1994, p. 27), “A constituição da razão moderna é um processo que arranca do Renascimento e culmina no Iluminismo. Trata-se do arco histórico que, com mediações muito complexas, descreverá, de Bruno a Hegel, a longa trajetória no interior da qual a razão moderna se erguerá na intercorrência e na síntese orgânica de três das suas categorias nucleares: o *humanismo*, o *historicismo concreto* e a *razão dialética*”.

⁵ Mas não se confunde razão moderna com capitalismo.

controle da natureza, instaura o patamar histórico-social no qual é possível apreender a *especificidade* do ser social”.

Segundo Simionatto (2009, p. 97), as intensas mudanças e contradições que marcam esse período estão na base de duas grandes matrizes teóricas da razão moderna: o positivismo de Comte e a teoria social de Marx. Em suas palavras:

Mesmo considerando-se a forte presença do pensamento católico conservador, pode-se dizer que o Serviço Social no seu processo de profissionalização e desenvolvimento sócio-histórico aparece vinculado a duas grandes matrizes do racionalismo contemporâneo: o racionalismo “formal abstrato”, que está na base da matriz positivista, e seus desdobramentos nas abordagens funcionalistas e sistêmicas, e o racionalismo “crítico dialético”, expresso na teoria social de Marx. (SIMIONATTO, 2009, p. 98).

Portanto, serão estas duas grandes matrizes de pensamento — o marxismo e o positivismo —, que buscarão compreender a sociedade burguesa, ambas herdeiras da razão moderna e do período de ilustração. Embora os objetivos, caminhos metodológicos, pressupostos teóricos e ético-políticos pelos quais estas duas matrizes de pensamento (assim como os seus derivados) constroem as explicações sobre a sociedade burguesa sejam absolutamente opostas.

Destarte, quando tratamos dos fundamentos da profissão na sua origem, está se institucionalizará nutrido-se de um conjunto de saberes ancorados na vertente teórica do pensamento conservador que é antagônica ao marxiano (NETTO, 1989, p. 93), vinculada ao pensamento positivista. Somente nas décadas de 1960/70, diante da influência do movimento da Reconceituação latino-americana e com a renovação crítica do Serviço Social no Brasil, é que teremos a aproximação com a Teoria Social de Marx e com os diferentes marxismos.

A influência da fenomenologia neste período também foi importante, especialmente em alguns grupos de pesquisadores, podendo ser observada em alguns documentos como o de Sumaré em 1978 (DOCUMENTO..., 1982). As análises de Weber sobre o Estado e a burocracia também influenciaram o Serviço Social. Atualmente temos, além destas grandes matrizes de pensamento, o impacto das correntes irracionistas, pós-modernas, pós-estruturalistas e decoloniais⁶.

A pesquisa realizada junto aos periódicos nos permitiu verificar o quão presentes encontram-se as diferentes matrizes acima destacadas, bem como perceber quais são as principais tendências, no que diz respeito à elaboração teórica dos assistentes sociais quando estes constroem conhecimento sobre a profissão. Para tanto, apresentaremos brevemente as mesmas e como elas ainda têm incidido na construção de conhecimento da categoria profissional dos assistentes sociais.

Principais tendências teóricas da emergência à contemporaneidade

⁶ Correntes que apresentaremos no decorrer do artigo.

O **Positivismo** tem como principal referência o estudioso Augusto Comte (1789–1852) e, posteriormente, Émile Durkheim (1858–1917), que compreendem a sociedade como um todo orgânico regido pelas leis da natureza, que é invariável e independente da ação humana. Portanto, o método utilizado para conhecer a sociedade é espelhado no método utilizado para o conhecimento da natureza. Trata-se, então, de observar, classificar, buscar regularidades e construir explicações verificáveis.

O positivismo é uma “ciência” reformista e antirrevolucionária, que busca a coesão da sociedade dividindo-a entre o “normal e o patológico”. Lowy (2000), referindo-se a Comte, destaca que o positivismo se alicerça na ideia de que a ciência da sociedade pertence ao “sistema das ciências naturais” e, conseqüentemente, o positivismo irá negar, ou melhor, ignorar o condicionamento histórico-social do conhecimento.

Segundo Lowy,

De fato, o discurso positivista pode (e deve) fazer economia de todo posicionamento ético ou político sobre o estado de coisas existente: “sem admirá-lo”, ele se limita a constatar que este estado é natural, necessário, inevitável, e é produto de “leis invariáveis. (LOWY, 2000, p. 25).

Lukács (1983) realiza uma crítica ao tipo de conhecimento produzido pela sociologia positivista, mostrando que, de fato, existe um “parcelamento das ciências”, separando a história da economia, mascarando a luta de classes. Dessa forma, a economia aparecerá como mera dadologia, descontextualizada das relações sociais, assim como a sociologia positivista irá obscurecer a incidência das determinações econômicas sobre os problemas sociais:

La SOCIOLOGÍA como disciplina independiente, surgió en Inglaterra y en Francia al disolverse la economía política clásica y el socialismo utópico, que eran ambos, cada uno a su modo, doctrinas que abarcan la vida social y que se ocupaban, por tanto, de todos los problemas esenciales de la sociedad, en relación con las cuestiones económicas condicionantes. Al crearse la sociología como disciplina aparte se afronta en ella el estudio de los problemas de la sociedad prescindiendo de su base económica; la supuesta independencia de los problemas sociales con respecto a los económicos es, en efecto, el punto de partida metodológico de la sociología. (LUKÁCS, 1983, p. 471).

Em outra importante obra, Lukács (1966) mostra como na Economia clássica existia uma visão de totalidade, de busca de conexão dos problemas sociais com as questões econômicas, visão esta que é abortada no período por ele denominado de decadência ideológica, período em que a burguesia perde totalmente o seu caráter revolucionário:

Mientras en el período clásico imperaba la tendencia de comprender la conexión de los problemas sociales con los económicos, el período de la decadencia crea entre ellos una barrera artificial, seudocientífica y seudometódica; crea una separación artificial que sólo existe en la imaginación. (LUKÁCS, 1996, p. 68-69).

Verifica-se que a corrente positivista, muito presente no Serviço Social em sua gênese, compreende os processos de reprodução social separados do processo de produção, dito de outra forma, compreende as relações sociais descoladas das relações econômicas,

numa perspectiva de fragmentação e insulamento da vida social. A influência positivista impregnada na profissão, molda as dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa da mesma, que alinha a sua prática às perspectivas dessa corrente que resultará em uma visão psicologizante, culpabilizadora e individualista da “questão social”.

Essa matriz teórica traz suporte teórico-metodológico para a profissão que carece, no primeiro momento, de qualificação técnico-científica que responda às demandas sociais postas no marco do capitalismo monopolista no Brasil. “A ação profissional nos diferentes espaços socio-ocupacionais caracteriza-se, assim, pelo seu caráter empirista e pragmático, pela busca de controle, dominação, integração e ajustamento dos indivíduos sociais à ordem estabelecida” (SIMIONATTO, 2009, p. 15).

Nesse sentido, diferentemente da perspectiva marxista, o Serviço Social compreende que a “questão social” pode e deve ser tratada nos marcos da ordem capitalista. Esta vertente teve em Mary Richmond uma das mais importantes representantes que aplicou o método positivista para Serviço Social, apresentado no livro Diagnóstico Social que em 2017 fez 100 anos⁷.

Consideramos importante destacar a influência da fenomenologia entre os assistentes sociais. Conforme Netto (1996), essa vertente esteve presente no processo de renovação do Serviço Social brasileiro que se configurou como uma reatualização do conservadorismo presente na profissão. A fenomenologia emerge na profissão como uma proposta de superação do positivismo lógico, firmando-se na compreensão do vivido humano, no pensamento não causal e na ultrapassagem da dualidade entre sujeito e objeto (NETTO, 1994).

A corrente fenomenológica fundada por Edmund Husserl “Trata [...] da intuição intelectual de essências ou significações. Toda consciência, diz Husserl, é sempre ‘consciência de’ ou consciência de alguma coisa, isto é, toda consciência é um ato pelo qual visamos um objeto, um fato, uma ideia.” (CHAUÍ, 2000, p. 79). Os representantes desta perspectiva recusaram a ideia de “labor teórico asséptico” e fundamentam suas preocupações em critérios a partir da compreensão do homem e do mundo (NETTO, 1994, p. 205).

O que chamamos de “mundo” ou “realidade”, diz Husserl, não é um conjunto ou um sistema de coisas e pessoas, animais e vegetais. O mundo ou a realidade é um conjunto de significações ou de sentidos que são produzidos pela consciência ou pela razão. A razão é “doadora do sentido” e ela “constitui a realidade” enquanto sistemas de significações que dependem da estrutura da própria consciência. As significações não são pessoais, psicológicas, sociais, mas universais e necessárias. Elas são as essências, isto é, o sentido impessoal, intemporal, universal e necessário de toda a realidade, que só existe para a consciência e pela consciência. A razão é razão subjetiva que cria o mundo como racionalidade objetiva. Isto é, o mundo tem sentido objetivo porque a razão lhe dá sentido. (CHAUÍ, 2000, p. 102).

⁷ Nos últimos anos vimos renascer correntes revisionistas no mundo todo, que reivindicam as contribuições da pioneira do Serviço Social como atuais.

Nesse sentido, a fenomenologia irá emergir como uma metodologia dialógica colocando para o Serviço Social a tarefa de “auxiliar na abertura desse sujeito existente, singular, em relação aos outros, ao mundo de pessoas” (ALMEIDA, 1980 apud YAZBEK, 2009, p. 8). Tal fato, segundo Netto (1994) inscreve o exercício profissional, rigorosamente, na fronteira da ajuda psicossocial. Desse modo, não se preocupa em uma análise crítica da sociedade capitalista, tampouco a sua superação.

Já no caminho oposto temos o Marxismo, a vertente inaugurada por Karl Marx (1818-1883), que revolucionou a forma de compreender e interpretar o mundo. A tradição revolucionária inaugurada por Marx é diametralmente oposta ao positivismo, centrada na análise radicalmente crítica da sociedade burguesa e da ordem do capital. A sua concepção ontológica⁸ compreende o ser social como produto e produtor da sociedade. De acordo com Netto (1989):

Nesta teoria social o traço peculiar, mais pertinente e decisivo refere-se ao cariz *histórico ontológico*. De um lado a história aparece como o próprio constitutivo da reflexão teórica e a tensão entre razão e história se resolve no seu plano mesmo: a razão é historicista e a história se torna racional. De outro, esta reflexão teórica não se propõe como matriz ideal, modelo intelectual ou paradigma de explicação do real, ela se instaura como reprodução ideal do movimento real do próprio ser social instaura-se como re-construção, no nível da razão, do modo de ser do ser social. (NETTO, 1989, p. 92).

O método materialista-histórico-dialético utilizado por Marx, partindo do concreto, da totalidade social que é representada de forma caótica, busca conhecer as múltiplas determinações do fenômeno estudado, realiza uma síntese das múltiplas determinações e retorna para a totalidade social com uma nova compreensão. Articulada sob a perspectiva da totalidade, a teoria social fundada na tradição marxiana, compreende a sociedade como uma totalidade concreta, dinâmica e contraditória (NETTO, 1989, p. 92). As categorias de totalidade, contradição, historicidade, valor trabalho, ideologia, alienação e luta de classes entre outras, são fundamentais para compreender este autor. Conforme sinalizam Netto e Braz (2007), sem dúvida este pensador, possibilitou um conhecimento da sociedade burguesa nascente:

A crítica da Economia Política clássica realizada por Marx possibilitou o conhecimento teórico da estrutura e da dinâmica econômica da sociedade burguesa. A análise das leis de movimento do capital e das descobertas marxianas operadas na segunda metade do S XIX continuam válidas até hoje porquanto, corridos cento e cinquenta anos, a nossa sociedade permanece subordinada aos ditames do capital. (NETTO; BRAZ, 2007, p. 25).

Esta matriz de pensamento influenciou o Serviço Social brasileiro timidamente em meados da década de 1960⁹, mais pela via da prática política do que, propriamente, da aproximação teórica (NETTO, 1989), todavia, ganhará maturidade na década de 1980, sobretudo com as produções de Yamamoto e Netto, sendo hegemônica desde então, dando direção à

⁸ Para melhor compreensão do caráter ontológico do pensamento de Marx, cf. Lukács (1979).

⁹ Lembrando que em 1964 se instalava a ditadura cívico-militar no Brasil.

profissão na construção do projeto ético-político profissional¹⁰. Sem dúvida, o Brasil se torna, através de seus quadros intelectuais, o grande “referente” na constituição da vertente crítica, sobretudo no continente americano, tendo influências ainda na Europa e na África.

Por enquanto, importa salientar, mesmo que de forma simplista, que estas grandes matrizes de pensamento¹¹ balizaram as formas de compreender o mundo¹², tendo como suporte a razão moderna, especialmente até a década de 1970, período no qual se processam profundas transformações que se adensaram na década de 1990¹³. Netto (1996, p. 87) afirma que este período é marcado por “transformações societárias que afetam diretamente o conjunto da vida social e incidem fortemente sobre as profissões, suas áreas de intervenção, seus suportes de conhecimento e de implementação, suas funcionalidades etc.”.

Surge neste contexto a denominada “nova esquerda” (pós-68) que, “heterogênea em seu interior, caracteriza-se por um traço comum: a destruição do legado iluminista crítico, herdado do século XIX [...]” (RODRIGUES, 2006, p. 13), “volta suas energias mais para a subversão da teoria e da prática revolucionárias do que para erradicação do capitalismo” (*Ibid.*). Neste cenário irrompe-se no pós-1968 o estruturalismo que cederá lugar, especialmente, após meados da década de 1970 ao pós-estruturalismo (NETTO, 2010).

O pós-estruturalismo¹⁴, é um conceito polissemântico, já que, ora é apreendido como uma etapa subsequente ao esgotamento estruturalista, ora como a própria negação do estruturalismo e ora como um campo teórico autônomo e paralelo (neoe estruturalismo), ou ainda como sinônimo ou representação da pós-modernidade (CEZAR, 1995).

Essa corrente tem como seus principais expoentes Michel Foucault, Jacques Derrida e Gilles Deleuze. Alguns autores defendem que o pós-estruturalismo deve ser compreendido

¹⁰ Em relação ao projeto ético-político do Serviço Social, Netto (2006, p. 4) afirma que o projeto profissional se inscreve dentro do conjunto de projetos coletivos e revelam a autoimagem da profissão “elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais). Desse modo, o Serviço Social desde a década de 1990 vem construindo o seu projeto profissional, hegemonicamente, vinculado à teoria social crítica.

¹¹ Como já sinalizamos no transcurso da pesquisa nos deteremos no estudo das derivações teóricas dessas duas correntes e as suas influências no Serviço Social, especialmente sobre o estruturalismo e pós-estruturalismo, já que “parecem ganhar” força no interior do Serviço Social, objeto principal de estudo neste projeto de pesquisa.

¹² O que não quer dizer que o irracionalismo e as perspectivas pós-modernas não existissem, pelo contrário, elas existiam, mas o que estamos afirmando que não tinham uma grande influência na produção de conhecimento.

¹³ Não é casual que no ano de 1989, tenhamos o chamado “Consenso de Washington” e a queda do Muro de Berlim, que na realidade expressavam as transformações em curso.

¹⁴ Neste texto optamos pela diferenciação do pós-estruturalismo com o pensamento pós-moderno, apesar de muitos autores defenderem que o pós-estruturalismo se encontra sob o “guarda-chuva” da pós-modernidade. Dessa forma, optamos por especificar tal pensamento e debater sobre sua influência de forma separada, mas não desarticulada do pensamento pós-moderno.

como um “movimento de pensamento” vez que, é decididamente multidisciplinar, não podendo assim, ser reduzido à uma teoria ou a um método (PETERS, 2000). De origem francesa, esse movimento, herdado do estruturalismo¹⁵ que nasce no pós-segunda guerra, apesar de nem mesmo os franceses admitirem uma data específica para seu nascimento, verifica-se que seu aprofundamento no interior das ciências sociais se dará especialmente na segunda quadra da década de 1970 quando o pensamento estruturalista cai em erosão (NETTO, 2010).

Nas palavras de James Williams (2012, p. 14):

[...] o pós-estruturalismo (é visto) como uma total ruptura de nosso senso seguro do significado e referência na linguagem, de nosso entendimento, de nossos sentidos e das artes, de nosso entendimento da identidade, de nosso senso da história e do papel dela no presente e de nosso entendimento da linguagem como algo livre do trabalho do inconsciente. Ruptura não deve ser vista como uma palavra negativa. Um aspecto do pós-estruturalismo é seu poder de resistir e trabalhar contra verdades e oposições estabelecidas.

Esta corrente, que “bebe da fonte” de Nietzsche, realiza uma severa crítica da verdade, questionando os seus pressupostos, enfatizando a pluralidade da interpretação e questionando assim, o sujeito “cartesiano-kantiano humanista, ou seja, o sujeito autônomo, livre e transparentemente autoconsciente [...]” (PETERS, 2000, p. 13). Ao contrário, compreendem o sujeito como corporificado e generificado, ser temporal, estando submetido às práticas e às estratégias de normalização e individualização que caracterizam as instituições modernas (*Ibid.*), retirando assim qualquer perspectiva de autonomia dos sujeitos e possibilidade de mudança do real. Negam, por fim, a razão dialética, o que Netto muito bem crítica apontando a “semiologização da realidade social” (2010, p. 263), ou seja, um excesso de interpretações simbólicas da realidade em detrimento de sua materialidade.

Como aponta Eagleton (2012, p. 31), o pós-estruturalismo sustentado pela subjetividade irá suplantar e suplementar questões da ação e da organização política, na medida em que, assim como a pós-modernidade exclui do debate a perspectiva da totalidade e da luta de classes, criando solo fértil para pautas políticas, que sem dúvida, são importantes no conjunto societal, todavia não questionam a sociabilidade capitalista. Tal pensamento abre largamente o terreno para um discurso baseado no “culturalismo” que contribui, decisivamente, para a fragmentação social e a perda da identidade de classe.

Trata-se do período conhecido como da “crise dos paradigmas”, disseminando as teses do “fim da história” que na verdade marcam a implantação do neoliberalismo¹⁶ e da chamada

¹⁵ Não é nosso objetivo aqui aprofundar as ideias estruturalistas, uma vez que estas terão pouca incidência no pensamento do Serviço Social. Caso deseje aprofundar o assunto, cf. COUTINHO (2010).

¹⁶ Destacamos que em alguns países como Argentina, Chile, Estados Unidos e Inglaterra o neoliberalismo foi implantado na década de 1970; no caso do Brasil este acontece nas décadas posteriores.

“pós-modernidade”¹⁷, colocando em xeque a razão moderna, que sinalizavam no plano ideopolítico ou ideocultural o avanço do neoconservadorismo em escala planetária¹⁸.

Sobre as **tendências pós-modernas**, Simionatto considera que

Se a razão moderna afirmou-se, no século XX, a partir das grandes teorias sociais ou das “grandes narrativas”, pode-se dizer que as transformações societárias em curso desde as últimas décadas do século XX desafiaram implacavelmente o conhecimento e os modelos de interpretação do mundo. (SIMIONATTO, 2009, p. 91).

O pensamento pós-moderno que terá seu momento de irrupção no âmbito da filosofia, no fim da década de 1970, tendo Lyotard (NASCIMENTO, 2011) como um dos seus maiores expoentes. Este pensamento surgirá como negação às ideias iluministas, da razão, da objetividade, das grandes narrativas, da ideia de progresso ou emancipação universal que são próprias da modernidade. Contrariando a racionalidade moderna legada do Iluminismo, o pensamento pós-moderno vem negar as ideias e concepções *totalizantes*. Sendo assim, a percepção da realidade passa a ser fragmentada e subjetiva.

Na mesma direção, Jameson (2006) entende que é justamente no período do capitalismo tardio que a lógica pós-moderna floresce, mostrando uma relação orgânica com o pensamento conservador, rejeitando valores universais (MALIK, 1999), pautado no empirismo, negando as relações sociais historicamente construídas. Na lógica pós-moderna, as relações sociais são levadas ao plano do individual. Assim, se constrói uma cultura pós-moderna, que rejeita qualquer tipo de análise totalizante ou que busque superar a aparência dos fenômenos. Conforme Netto (2012):

O que pode se designar como movimento pós-moderno constitui um campo ideoteórico muito heterogêneo e, especialmente no terreno das suas inclinações políticas, pode-se mesmo distinguir uma teorização pós-moderna de capitulação e outra de oposição. Do ponto de vista dos seus fundamentos teórico-epistemológicos, porém, o movimento é funcional à lógica cultural do tardo-capitalismo: é o tanto ao caucionar acriticamente as expressões imediatas da ordem burguesa contemporânea quanto ao romper com os vetores críticos da Modernidade (cuja racionalidade os pós-modernos reduzem, abstrata e arbitrariamente, à dimensão instrumental, abrindo a via aos mais diversos irracionalismos) (NETTO, 2012, p. 416).

É precisamente na mesma quadra histórica de irrupção do neoliberalismo que o pensamento pós-moderno ganha força ao anunciar que o mundo agora não mais pode ser explicado ou lido como realidade histórica. As novas nuances da sociedade contemporânea, chamada por Lyotard (1986) de sociedade pós-industrial, cujo avanço do capitalismo e da tecnologia, da informática, que colocarão o consumismo como frente do necessário modo de viver, tornarão a experiência humana mais efêmera, mais fluida, mais

¹⁷ Se bem é certo que as teses pós-modernas são anteriores a esta década, é a partir dos anos de 1970 que elas começam a se disseminar.

¹⁸ Existem dois estudos que são fundamentais para a nossa pesquisa, o primeiro da professora Leila Escorsim Netto, que estuda o conservadorismo clássico e o segundo do Murilo Jamerson de Souza, que na sua tese de doutorado, defendida em 2016 na UFPE, trata do conservadorismo moderno.

individualizada, onde o concreto dará lugar ao esfumado, onde a identidade com base na classe será fragmentada em múltiplas identidades e múltiplas necessidades humanas.

Para Simionatto (2009, p. 94)

[...] a pós-modernidade está intimamente relacionada a um novo tipo de hegemonia ideológica nesse estágio do capital globalizado. Fundamentadas nas teorias do fragmentário, do efêmero, do descontínuo, fortalece a alienação e reificação do presente, fazendo-nos perder de vista os nexos ontológicos que compõem a realidade social e distanciando-nos cada vez mais da compreensão totalizante da vida social.

Essas correntes “começam a aparecer” no debate do Serviço Social, ainda de forma tímida, sobretudo, em alguns sites da internet¹⁹ ou ainda em eventos, como os realizados em Porto Alegre em 2016 e 2018, nos quais se colocava em debate o Serviço Social clínico²⁰, entre outras propostas como as funcionalistas, as de terapia familiar etc. Este campo ainda precisa ser desvendado.

As próprias mudanças societárias ocorridas, especialmente a partir dos anos de 1990 no Brasil, assentadas na ofensiva neoliberal, de acordo com Simionatto (2009, p. 16), têm colocado em xeque os pressupostos estruturantes do projeto ético-político profissional, a partir de pelo menos duas planos: **no plano do conhecimento**, considerando o constante questionamento da teoria marxista e da razão dialética, fortalecendo a razão instrumental, (aqui o pensamento conservador se rearticula com as tendências pós-modernas); **no plano do trabalho profissional**, onde manifestações se evidenciam tanto na alteração das condições de trabalho dos Assistentes Sociais, quanto nas “novas” demandas encaminhadas à profissão e nas respostas mobilizadas para respondê-las.

O cenário acima mencionado redimensiona as respostas às múltiplas faces da “questão social” e impõe aos profissionais uma atuação cada vez mais “polivalente”, imediatista, mecanizada e burocratizada onde o movimento do real é captado apenas na sua aparência e contribui assim para uma apreensão alienada e, conseqüentemente, fragmentada, engessada, naturalizada da realidade. Para tanto,

A prática profissional, se reduzida, portanto, à mera identificação das demandas e a seu atendimento focalizado, mobiliza um suporte teórico bastante elementar, cuja análise não ultrapassa o nível da aparência e escamoteia o real significado das mesmas no contexto antagônico das relações sociais capitalistas. (SIMIONATTO, 2009, p. 17).

Sobre os textos organizados a partir do pensamento pós-estruturalista e pós-moderno, demos o nome de crítica ampla, por entendermos que tal debate se insere no campo da crítica ao sistema, bem como da denúncia de seus atravessamentos expressos nas múltiplas faces da expressão da “questão social”. Todavia, apesar da crítica, no âmbito de tais discussões não são verificadas quaisquer propostas de superação do próprio sistema

¹⁹ <https://www.facebook.com/servicosocialibertario/>

²⁰ Cf. Cisne, Cantalice e Araújo (2020).

capitalista, esvaziando a luta a uma série de individualidades que se identificam entre si e já não formam uma ideia de coletividade.

Tal perspectiva abre um largo canal para a despolitização da “questão social” e, para tanto, da despolitização também de seu trato. As consequências imediatas são práticas conservadoras, individualizadoras, culpabilizadoras e atomizadas que não dialogam com a totalidade e, menos ainda com questões macro societárias que rebatem diretamente no modo de ser e de fazer da profissão.

Ainda contida nesse campo, ou como dito anteriormente, debaixo desse mesmo “guarda-chuva”, evidenciamos aqui as referências **decoloniais ou descoloniais²¹ que são caudatárias do pós-estruturalismo e que se encontram dentro daquilo que denominamos de crítica ampla.**

O pensamento decolonial/ descolonial surge, segundo seus estudiosos, como resistência e recurso para as opressões sofridas pelos povos colonizados, não somente no âmbito econômico, como também no âmbito cultural, social e político. Conforme Mignolo (2017:2) “Consequentemente, o pensamento e a ação descoloniais surgiram e se desdobraram, do século XVI em diante, como respostas às inclinações opressivas e imperiais dos ideais europeus modernos projetados para o mundo não europeu, onde são acionados.”

Para tanto, o entendimento da descolonialidade “como meio de denúncia, de luta, mas também como teoria, conceitos e categorias no desenvolvimento da experiência histórica tem origem nos fins do século XX” (OLIVEIRA, LUCINI, 2021:99). Os pensadores entendiam haver a necessidade de se compreender os processos sociais, culturais e políticos da América Latina a partir de categorias analíticas que pudessem explicar as especificidades históricas vividas no continente sul das Américas, assim como, no continente africano e asiático.

Os autores da descolonialidade afirmam que o sistema colonial não se findou com as revoltas e libertação das colônias, mas que este é um movimento em curso na atualidade, ainda que tenha adquirido novas formas. Defendem haver uma centralidade do pensamento europeu na forma de ver e explicar o mundo, o que termina por silenciar e subalternizar e, para tanto, colonizar o ser, o saber e a natureza. Nesse sentido, conforme Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016, p. 15): “os conflitos de poder e os regimes de poder-saber continuaram e continuam nas chamadas nações pós-coloniais”. Assim, “houve um processo de dissimulação, esquecimento e silenciamento de outras formas de conhecimento que dinamizavam outros povos e sociedades” (*Ibid.*).

Os estudiosos da descolonialidade defendem que a colonização e o pensamento europeu marcaram, severamente, as nossas relações econômico-sociais sendo estes cruciais para a influência de todo um modo de pensar e conceber a realidade e, portanto a necessidade de se realizar um “giro decolonial”, ou seja, superar a forma eurocêntrica de concepção de mundo e abrir caminhos para novas teorias explicativas das relações centro-periferia,

²¹ Neste artigo utilizaremos os conceitos de decolonial e descolonial de forma indiferenciada.

cunhadas a partir de categorias que sejam condizentes com as experiências latino-americanas.

Destarte, o pensamento decolonial busca a desvinculação da matriz colonial, permitindo, assim, uma visão de vida e sociedade que se identifique a partir das experiências latino-americanas. Segundo Maldonado-Torres (2008, p. 66), que irá cunhar o termo “giro-decolonial”, trata-se, portanto, de um movimento de resistência das formas atuais de poder, ser e conhecer, colocando no centro do debate a questão da colonização como componente constitutivo da realidade.

Essas teorias irão se fortalecer na década de 1990, na latino-américa e apesar de sustentarem que tal produção teórica possibilitou uma reconceitualização radical das relações entre cultura, política, nacionalidade e etnicidade, no que diz respeito à produção de teoria da periferia, além de possibilitar o estabelecimento de uma forte crítica, no que se refere à análise do mundo periférico (AMADEO; ROJAS, 2011), elas afirmam que o marxismo não foi capaz de absorver as questões raciais e justificadoras do processo de colonização (*Ibid.*), o que, ao nosso ver, contribui para o esfumaçamento da crítica ao sistema capitalista e retira do campo de ação a luta de classes.

A questão da decolonialidade também tem estado bastante presente no debate do Serviço Social contemporâneo, ganhando maior espaço nos últimos anos. Tal debate têm aumentado, especialmente no âmbito da produção acadêmica, conforme verificamos nos dados expostos nesta pesquisa. A grande questão é que, tendo se inspirado nas teorias pós-estruturalistas, as ideias sobre a decolonialidade são críticas da dimensão totalizante da história e acabam por trazer em seu seio questões fragmentadoras e desistoricizadas em relação à sociedade do capital, conforme já exposto acima.

Considerações finais

A pesquisa do qual este artigo é fruto, buscou apresentar as principais matrizes teóricas presentes no debate e na produção de conhecimento do Serviço Social no Brasil. O caminho escolhido foi a análise teórica dos artigos produzidos na nossa área, especialmente aqueles veiculados por algumas importantes revistas da área de Serviço Social.

A importante obra de Yamamoto “Serviço Social em tempos de Capital Fetice: Capital financeiro, trabalho e Questão Social”, publicado pela Editora Cortez em 2007, nos propiciou um importante ponto de partida para a análise destas tendências, assim como a publicação de Maria Carmelita Yazbek (2019) sobre as tendências presentes na produção de conhecimento no Serviço Social. Seguindo os caminhos indicados pelas autoras, buscamos apreender estas tendências no debate público apresentado pelas revistas.

Como já mencionamos na introdução deste artigo, os dados aqui apresentados se referem aos artigos que apresentaram uma mediação direta com a profissão, embora compreendamos que a análise e compreensão dos Fundamentos do Serviço Social, construídos nas diretrizes curriculares do Serviço Social que este ano completam 25 anos, englobem de forma dialética os fundamentos da Vida Social e os fundamentos da

Formação socio-histórica e os fundamentos do trabalho profissional. Não é possível compreender a profissão sem estas mediações.

Nosso intento, neste trabalho, foi o de apontar quais as principais matrizes teóricas que influenciam o Serviço Social contemporâneo, bem como sistematizá-las, numa tentativa inicial de jogar luz aos distintos caminhos escolhidos pelos assistentes sociais na produção de conhecimento sobre a profissão.

A **matriz crítica**, inspirada na teoria social de Marx foi a predominante na produção de conhecimento, o que nos permite inferir que, o Serviço Social, continua, hegemonicamente, filiado a este pensamento, especialmente quando se trata de analisar questões diretamente vinculadas à profissão. Os autores mais citados nos 443 artigos foram: Marilda Villela Iamamoto, sendo citada em 247 artigos, por 806 vezes; José Paulo Netto, citado em 186 artigos, por 649 vezes; Karl Marx, citado em 114 artigos, por 385 vezes; Maria Carmelita Yazbek, citada em 66 artigos, por 155 vezes; Ricardo Antunes, que aparece em 64 artigos, por 159 vezes; Ana Elizabete Mota, citada em 61 artigos, por 139 vezes; Maria Lúcia Barroco, citada em 55 artigos, por 123 vezes; Elaine Behring, citada em 50 artigos, por 93 vezes; Yolanda Guerra, citada em 49 artigos, por 140 vezes, e, David Harvey, citado em 48 artigos, por 83 vezes.

Todavia, a presença de produções influenciadas por aquilo que denominamos **crítica ampla** (pós-moderna, pós estruturalista, decoloniais), bem como as de inspiração **conservadora** (positivista, fenomenológica e weberiana) também aparecem nas discussões dos profissionais ao realizarem mediação com a profissão, revelando o quanto ainda tais correntes incidem em nossa produção de conhecimento.

Romper com o conservadorismo e ecletismo teórica e metodologicamente nos exige aprofundarmos os estudos que tratem Serviço Social, não de forma endógena, mas como aponta Iamamoto (2005), considerando-a como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, de compreender a profissão na sua historicidade, nas suas tensões políticas e teóricas.

Para tanto, é retornando aos seus fundamentos que poderemos apontar caminhos para a consolidação do projeto ético-político do serviço Social que, nos últimos 40 anos encontra-se comprometido com as demandas da classe trabalhadora. O retorno aos fundamentos e o aprofundamento das matrizes que compõem o pensamento da profissão possibilitarão que asseguremos a direção política que pretendemos seguir. Esta pesquisa tratou justamente sobre o que ela vem produzindo e socializando em algumas das principais revistas da área.

A atualidade nos desafia, cotidianamente e, enquanto assistentes sociais, nos desafia a resistir à ofensiva capitalista neoliberal que a cada dia exponencia suas contradições e agudiza as expressões da “questão social”. Para tanto, a compreensão de quem somos, do que fazemos e a que viemos, é fundamental para a garantia do exercício profissional alinhado a um projeto profissional crítico. Sendo assim, é no movimento de reconhecer historicamente essa profissão, compreender suas bases e a resultante de sua dinâmica na

atualidade que se encontram as chaves explicativas de seu modo de ser e do modo como se vê.

Referências

AMADEO, J.; ROJAS, G. Marxismo, pós-colonialidade e teoria do sistema-mundo. **Lutas Sociais**, n. 25-26, p. 29-43, 2011.

BERNARDINO-COSTA, J.; GROSGOUEL, R. Decolonialidade e perspectiva negra. **Sociedade e Estado**, v. 31, p. 15-24, 2016.

CEZAR, T. A. C. Estruturalismo e pós-estruturalismo na perspectiva do conhecimento histórico. **Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História**, Porto Alegre, n. 4, p. 129-151, dez. 1995.

CHAUI, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CISNE, M.; CANTALICE, L. B. de O.; ARAÚJO, L. Renovação do Serviço Social brasileiro: um continuum à ofensiva conservadora. **Revista Libertas**, v.20, n.2, p. 307-327, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/download/32167/21573/131069>. Acesso em: 15 jul. 2022.

COUTINHO, C. N. **O estruturalismo e a miséria da Razão**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

DOCUMENTO de Sumaré. **Revista Debates Sociais**, Suplemento n. 8, 2. ed. Rio de Janeiro: CBCISS, 1982.

EAGLETON, T. **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M. V. Proposta de Interpretação Histórico-Metodológica (Parte I). In: IAMAMOTO, M.V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

JAMESON, F. **Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática, 2006.

LYOTARD, J. F. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

LOWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LUKÁCS, G. **El asalto a la razón: La trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler**". México: Grijalbo, 1983.

LUKÁCS, G. **Problemas del Realismo**. Tradução de Carlos Gerhaed. Buenos Aires; México: Fondo de Cultura Económica, 1966. (Sección de obras de filosofía).

MALDONADO-TORRES, N. La descolonización y el giro des-colonial. **Tabula rasa**, n. 9, p. 61-72, 2008.

MALIK, K. O espelho da raça: o pós-modernismo e a louvação da diferença. In: WOOD, M. E.; FOSTER, J. B (org.). **Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

MIGNOLO, W. D. Colonialidade: o lado mais obscuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, 2017.

NASCIMENTO, J. P. C. A condição pós-moderna, de Jean-François Lyotard. In: NASCIMENTO, J. P. C. **Abordagens do pós-moderno em música: a incredulidade nas metanarrativas e o saber musical contemporâneo** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. 173 p.

NETTO, J. P. O Serviço Social e a Tradição marxista. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 30, 1989.

NETTO, J. P. Razão, ontologia e práxis. **Revista serviço social e sociedade**, São Paulo, ano XV, v. 44, 1994.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social e Saúde**, v. 4, p. 141-160, 2006.

NETTO, J. P. **Posfácio**. In: COUTUNHO, C. N. O estruturalismo e a miséria da razão. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

NETTO, J. P. Crise do capital e consequências societárias. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 111, 2012.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2007.

PETERS, M. **Estruturalismo e pós-estruturalismo**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000.

RODRIGUES, M. P. **Michel Foucault sem espelhos: um pensador proto pós-moderno**. Rio de Janeiro, 2006. 237 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SIMIONATTO, I. As expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-política. In: CFESS, ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília-DF, 2009.

SOUZA OLIVEIRA, E.; LUCINI, M. O pensamento decolonial: conceitos para pensar uma prática de pesquisa de resistência. **Boletim Historiar**, v. 8, n. 01, jan./mar. 2021. p. 97-115.

WILLIAMS, J. **Pós-estruturalismo**. São Paulo: Vozes, 2012.

YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social. In: Guerra, Y. *et al.* (org.). **Serviço Social e seus Fundamentos**: conhecimento e crítica. 2. ed. Campinas: Papel Social, 2019.

YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Serviço social**: direitos e sociais competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 143-164.

Submetido em: 26/04/2022

Revisto em: 09/10/2022

Aceito em: 21/08/2022